

Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Anexos:

**Parecer do Conselho Fiscal
Relatório dos Auditores Independentes**

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	2019	2018		2019	2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	25.649.577,09	31.720.297,50	Fornecedores de bens e serviços (nota 7)	102.909,89	38.645,06
Créditos a receber (nota 4)	517.542,55	1.101.651,30	Obrigações trabalhistas e sociais (nota 8)	846.573,09	746.023,99
	26.167.119,64	32.821.948,80	Obrigações tributárias (nota 9)	113.194,64	99.441,17
Não circulante			Bancos contas movimento (saldo devedor)	-	112,90
Realizável a longo prazo (nota 5)	-	50.000,00	Recursos de projetos em execução (nota 10)	18.520.505,99	24.223.198,63
Imobilizado (nota 6)	1.247.117,46	996.623,92		19.583.183,61	25.107.421,75
	1.247.117,46	1.046.623,92	Patrimônio líquido (nota 12)		
			Patrimônio social	8.712.007,58	9.656.969,04
			Déficit acumulado	(880.954,09)	(895.818,07)
				7.831.053,49	8.761.150,97
Total do ativo	27.414.237,10	33.868.572,72	Total do passivo e do patrimônio líquido	27.414.237,10	33.868.572,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

	2019	2018
Receitas operacionais		
Com restrição		
Receitas de prestação de serviços sociais/atividades (nota 13.1)	1.056.492,05	935.485,02
Recursos públicos (nota 13.2)	2.481.584,82	1.798.193,78
Recursos de agências da cooperação internacional (nota 13.3)	7.671.267,62	8.937.415,68
Doações e contribuições de pessoas físicas	20.672,12	3.786,00
Doações e contribuições de pessoas jurídicas	1.253.634,77	677.335,29
Receitas financeiras (nota 13.4)	685.477,14	934.669,02
	13.169.128,52	13.286.884,79
Sem restrição		
Doações e contribuições de pessoas físicas	6.340,00	6.527,75
Receitas financeiras (nota 13.4)	293.094,82	306.617,11
Outras receitas (nota 13.5)	10.132,06	4.343,42
	309.566,88	317.488,28
Custo da prestação de serviços sociais/atividades (nota 14)	(10.354.721,00)	(11.036.414,25)
Resultado bruto	3.123.974,40	2.567.958,82
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (nota 15)	(3.668.278,27)	(3.170.802,92)
Despesas tributárias (nota 16)	(18.079,20)	(19.227,02)
Depreciações (nota 6)	(217.127,13)	(212.886,27)
Despesas financeiras	(101.121,58)	(60.860,68)
Outras despesas (nota 17)	(322,31)	-
	(4.004.928,49)	(3.463.776,89)
Déficit do exercício	(880.954,09)	(895.818,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Déficit do exercício	(880.954,09)	(895.818,07)
Ajuste exercício anterior (nota 12.3)	(49.143,39)	(1.323,54)
Déficit abrangente do exercício	<u>(930.097,48)</u>	<u>(897.141,61)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	8.343.590,55	1.314.702,03	9.658.292,58
Incorporação do Superávit do exercício 2017 ao patrimônio social	1.314.702,03	(1.314.702,03)	-
Ajustes de exercícios anteriores (nota 12.3)	(1.323,54)	-	(1.323,54)
Déficit do exercício	-	(895.818,07)	(895.818,07)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.656.969,04	(895.818,07)	8.761.150,97
Incorporação do Déficit do exercício 2018 ao patrimônio social	(895.818,07)	895.818,07	-
Ajustes de exercícios anteriores (nota 12.3)	(49.143,39)	-	(49.143,39)
Déficit do exercício	-	(880.954,09)	(880.954,09)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.712.007,58	(880.954,09)	7.831.053,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(880.954,09)	(895.818,07)
Ajustes por:		
Ajuste de exercícios anteriores	(49.143,39)	(255,54)
Depreciação	217.127,13	212.886,27
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado	(7.177,69)	(4.236,84)
Déficit do exercício ajustado	(720.148,04)	(687.424,18)
(Aumento) redução nos ativos circulantes e no realizável a longo prazo :		
Créditos a receber	584.108,75	1.432.608,15
Realizável a longo prazo	50.000,00	(20.000,00)
	634.108,75	1.412.608,15
Aumento (redução) nos passivos circulantes:		
Fornecedores de bens e serviços	64.264,83	(14.925,76)
Obrigações trabalhistas e sociais	100.549,10	12.445,39
Obrigações tributárias	13.753,47	12.350,19
Bancos contas movimento (saldo devedor)	(112,90)	(900,48)
Recursos de projetos em execução	(5.702.692,64)	(3.876.841,37)
	(5.524.238,14)	3.885.810,71
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(5.610.277,43)	4.610.994,68
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos recebidos pela venda de bens do ativo imobilizado	30.000,00	5.200,00
Aquisição de imobilizado	(490.442,98)	(107.772,09)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(460.442,98)	(102.572,09)
Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.070.720,41)	4.508.422,59
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	31.720.297,50	27.211.874,91
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	25.649.577,09	31.720.297,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL**Objetivos**

A FASE, constituída em 30 de novembro de 1961 como uma associação de direito privado, de fins não econômicos, de caráter beneficente, educativo e de assistência social tem como objetivos:

- a) Promover nas parcelas da população com as quais trabalha a Educação e o Desenvolvimento, incentivando para tal, comportamentos de participação, organização e solidariedade, e criando ou estimulando, para este fim, atividades, movimentos, organismos e associações, bem como promovendo o associativismo e o cooperativismo, a defesa do meio-ambiente e a educação ambiental;
- b) Contribuir para a inclusão econômica, para o enfrentamento da pobreza, para a garantia dos mínimos sociais, para o provimento de condições para atender às contingências sociais, e para a universalização dos direitos sociais do público beneficiário dos seus trabalhos;
- c) Executar atividades de assistência técnica e extensão rural, inclusive para o público da agricultura familiar, adotando metodologia participativa, com enfoque e equipe multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública, por meio da elaboração de planos, projetos e outras ações necessárias para realizar seus objetivos;
- d) Criar, aperfeiçoar e transmitir uma metodologia que instrumentalize os seus objetivos, assim como divulgar resultados de pesquisas, estudos e avaliações.

Missão

É missão da FASE, contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, civis e políticos.

Certificações e Registros

A FASE está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob nº 116.356/62, no Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (CMAS) sob o nº 0158/99, possui o título de Utilidade Pública Estadual/UPE (Lei 909 de 04/02/66 – D.O.E 10/02/66). É portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), processo de renovação nº 71000.058696/2014-15, para o período 2015-2017 e nº 71000.061994/2018-16, para o período 2018-2020. É membro da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) e está registrada no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CNEA/CONAMA), Portaria Interministerial nº 154/2003 (D.O.U 31/03/2003) e na European Commission's Authentication Service (ECAS/PADOR) sob o n.º BR-2008-EIY-0702756386.)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da entidade em 04 de março de 2020.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional utilizada pela entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração da entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações contábeis do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 06 – Imobilizado;

Nota 20 – Provisão para contingências

2.5. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, uma vez que a entidade apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferentes daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.6. Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas foram contabilizadas segundo o princípio de competência de exercícios. Os valores para aplicação específica, vinculados a contratos, convênios e outros instrumentos, foram reconhecidos ao resultado na medida da efetiva realização dos respectivos gastos. Doações de bens patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social. Os superávits apurados em cada exercício fiscal são integralmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos estatutários da entidade.

b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado (Nota Explicativa nº 3). As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais, da mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo

no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à entidade sobre condições de que não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a entidade utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da entidade são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2019.

f) Obrigações tributárias e previdenciárias – Imunidade tributária (CF, art. 150, inciso VI, alínea “c”)

A entidade, por sua finalidade e objetivos e atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP/INSS), da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Taxa de Incêndio e demais impostos e contribuições alcançados pela sua condição de entidade imune. O PIS/PASEP - Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público é calculado na base de 1% da folha de pagamento. O valor da renúncia fiscal decorrente do não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está evidenciado na Nota Explicativa nº 18 como se tais obrigações devidas fossem.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa	3.429,96	3.300,00
Bancos contas movimento – recursos sem restrição	1,00	294.107,64
Bancos contas movimento – recursos com restrição (i)	627.562,40	2.941.187,49
Aplicações de liquidez imediata – recursos sem restrição (ii)	4.395.605,55	5.575.723,33
Aplicações de liquidez imediata – recursos com restrição (i) (ii)	20.622.978,18	22.905.979,04
Totais	25.649.577,09	31.720.297,50

(i) Recursos com restrição de movimentação decorrente de cláusula contratual de projetos em execução, depositados em contas bancárias específicas.

(ii) A fim de remunerar sua disponibilidade, a entidade busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira em quotas de fundos, notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Contam com a solidez de bancos de primeira linha (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco do Estado da Amazônia, Banco Bradesco S/A e Banco Itaú S/A) e garantia de até R\$ 250 mil do FGC – Fundo Garantidor de Créditos.

4. CRÉDITOS A RECEBER

	2019	2018
Contas a receber (i)	262.133,88	847.832,89
Adiantamentos terceiros (ii)	11.788,70	11.000,00
Créditos de funcionários (iii)	176.005,56	165.178,12
Empréstimos a entidades congêneres (iv)	0,00	7.201,37
Tributos a recuperar (v)	30.277,76	29.267,15
Depósitos restituíveis (vi)	12.740,42	14.990,42
Despesas antecipadas (vii)	24.596,23	26.181,35
Totais	517.542,55	1.101.651,30

(i) Parcelas a receber relativas a projetos em execução conforme contratos firmados com o MDA (FASE MT) e outros valores a receber de pequena monta;

(ii) Valores de pequena monta adiantados a terceiros;

(iii) Adiantamentos para despesas e antecipação de salários;

(iv) Empréstimos efetuados por acordo administrativo sem cláusulas de garantia e encargos financeiros;

(v) Impostos e contribuições retidos na fonte ou pagos indevidamente;

(vi) Depósitos judiciais trabalhistas e de garantia contratual (caução);

(vii) Despesas do exercício seguinte (assinaturas, seguros e vale transporte).

5. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2019	2018
Empréstimos a entidades congêneres (i)	0,00	50.000,00

(i) Empréstimos efetuados por acordo administrativo sem cláusulas de garantia e encargos financeiros.

6. IMOBILIZADO

Composição do Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo de aquisição em 31/12/2019	Depreciações acumuladas em 31/12/2019	Imobilizado líquido em 31/12/2019	Imobilizado líquido em 31/12/2018
Imóveis de uso próprio		1.692.626,00	(1.090.521,65)	602.104,35	548.980,63
Edificações	4	1.692.626,00	(1.090.521,65)	602.104,35	548.980,63
Bens Móveis		4.081.865,22	(3.436.852,11)	645.013,11	447.643,29
Máquinas e equipamentos	10	582.002,80	(581.943,13)	59,67	124,37
Móveis e utensílios	10	1.007.730,02	(829.430,60)	178.299,42	162.077,39
Informática	20	1.445.603,04	(1.305.861,38)	139.741,66	111.655,33
Veículos	20	1.046.529,36	(719.617,00)	326.912,36	173.786,20
Totais		5.774.491,22	(4.527.373,76)	1.247.117,46	996.623,92

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Imobilizado líquido em 31/12/2018	Aquisições em 2019	Venda/Baixa/Ajustes de Imobilizado em 2019	Depreciação em 2019	Imobilizado líquido em 31/12/2019
Imóveis de uso próprio	548.980,63	63.190,95	-	(10.067,23)	602.104,35
Edificações	548.980,63	63.190,95	-	(10.067,23)	602.104,35
Bens Móveis	447.643,29	427.252,03	(22.822,31)	(207.059,90)	645.013,11
Máquinas e equipamentos	124,37	-	-	(64,70)	59,67
Móveis e utensílios	162.077,39	49.946,64	-	(33.724,61)	178.299,42
Informática	111.655,33	78.761,04	-	(50.674,71)	139.741,66
Veículos	173.786,20	298.544,35	(22.822,31)	(122.595,88)	326.912,36
Totais	996.623,92	490.442,98	(22.822,31)	(217.127,13)	1.247.117,46

A Administração da FASE revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e dos demais ativos relevantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas é aplicado o teste de recuperabilidade e se o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A FASE não identificou indicativos de perda de seu valor recuperável para o exercício 2019. Além disso identificou que o custo para a realização do teste seria incompatível com o benefício gerado para a informação.

7. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

	2019	2018
Fornecedores de bens e materiais de consumo	468,00	520,07
Prestadores de serviços a pagar	85.729,91	33.659,37
Outras contas a pagar	16.711,98	4.465,62
Totais	102.909,89	38.645,06

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Registra o valor da provisão de férias e dos respectivos encargos calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de dezembro de cada exercício, o valor dos encargos sociais e outras obrigações trabalhistas e sociais a pagar/recolher.

	2019	2018
Provisão de férias e encargos	739.710,27	652.184,69
Plano de saúde em grupo	1.674,34	-
Programa saúde ocupacional a pagar	395,92	377,58
Seguro vida em grupo a pagar	2.584,64	2.395,52
FGTS a pagar	55.832,37	52.044,81
Previdência social a pagar/recolher (2305 CLT)	40.717,77	37.366,23
Previdência social a pagar/recolher (2305 AUT)	5.657,78	1.655,16
Totais	846.573,09	746.023,99

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra o valor dos tributos a recolher retidos na fonte:

	2019	2018
IRRF PF a recolher (0561)	106.566,47	96.195,95
IRRF PF a recolher (0588)	1.832,06	-
IRRF PJ a recolher (1708)	263,52	651,93
COFINS/CSLL/PIS a recolher (5952)	2.858,94	2.064,05
ISSRF a recolher	1.673,65	529,24
Totais	113.194,64	99.441,17

10. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Valor dos saldos apurados em 31 de dezembro de projetos sociais vinculados a convênios e contratos cuja aplicação ocorrerá no exercício seguinte.

	2019	2018
Convênios com órgãos públicos (i)	13.203.362,09	17.171.676,05
Contratos com agências da cooperação internacional (ii)	5.181.191,91	6.961.037,49
Outros recursos (iii)	135.951,99	90.485,09
Totais	18.520.505,99	24.223.198,63

(i) Convênios com órgãos públicos

	2019	2018
1203 – PA/FUNDO SOCIAMBIENTAL/MPF	744.109,30	2.578.616,72
1205 – NAC/CONTRATO 18.2.0311.1/BNDES	-	2.157.392,50
1214 – NE/PROJ MULHERES.../FMMA	2.104,69	13.256,06
1222 - PA/FUNDO AMAZONIA/BNDES	-	348.776,77
1511 - MT/PRONAT 0346530-29/2010/MDA	-	-
1535 - PA/FUNDO DEMA/IBAMA (nota 11)	12.457.148,10	12.073.634,00
Totais	13.203.362,09	17.171.676,05

(ii) Contratos de cooperação internacional

	2019	2018
1105 – PA/PROGRAMA REGIONAL AMAZÔNIA/AQS	171.534,25	-
1208 - PA/SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL/HBS	1.110,75	4.884,29
1209 – NAC/FORTALECENDO.../MISEREOR	57.744,45	16.246,71
1218 - NAC/FORTALECER ALTERNATIVAS.../F FORD	-	1.026.286,22
1219 - NAC/EIDHR/2015/371-270/EU	-	273.691,40
1501 – ES/PROJETOS PONTUAIS/DIVERSOS	4.003,40	-
1502 - NAC/JUVENTUDE CIDADES OHK/OXFAM	-	42.753,28

1503 - NAC/DEMOCRACIA E CULTURA/RLS	1.572,12	-
1507 - PA/FUNDO DEMA/CLUA	28.330,63	614.916,33
1520 - PE/OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO/OAK	30.519,69	168.590,00
1534 - PE/URBAN PARTICIPATION.../OAK FOUNDATION	-	99.081,07
1535 - PA/FUNDO DEMA/F.FORD (nota 11)	4.623.484,81	4.481.637,12
1536 – ES/SHELL EM SUDAMÉRICA.../MILIEUDEFENSIE	7.336,99	-
1542 –NAC/JUVENTUDE NAS CIDADES/OXFAM	44.841,14	32.196,60
1555 – PA/FORTALECER O BEM VIVER.../ASW	210.713,68	200.754,47
Totais	5.181.191,91	6.961.037,49

(iii) Outros recursos

	2019	2018
1513 - NAC/IMPACTO REF TRAB VIDA MULHERES/I C&A	-	35.244,74
1516 - NAC/COMIDA E PATRIMONIO/CNBB	-	5.221,80
1519 – BA/ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL.../INST IBIRAPITANGA	135.951,99	-
1527 – PA/TODOS OS OLHOS NA AMAZONIA/GREENPEACE	-	50.018,55
Totais	135.951,99	90.485,09

11. PROJETO PA/FUNDO DEMA/IBAMA

Criado em 2003 a partir da doação com encargos de 6.000 toras de mogno (*Swietenia macrophylla* King) apreendidas pelo IBAMA, o FUNDO DEMA, uma homenagem a Ademir Alfeu Federicci, Dema para os amigos, líder dos movimentos sociais da região Altamira/Xingu, assassinado em 2001, é um fundo permanente de financiamento de projetos de proteção ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento e inclusão social. A doação qualificada do mogno apreendido golpeou a exploração ilegal e selou uma aliança inédita entre o Governo Federal, o Ministério Público, as ONGs e os movimentos sociais da região em favor do desenvolvimento sustentável e democrático da Amazônia. O fundo é de responsabilidade da FASE e deverá, de acordo com as tradições e missão desta instituição, ser gerido de forma compartilhada com as entidades e movimentos sociais da região de origem da madeira. O seu regulamento prevê o funcionamento de um comitê gestor e um conselho consultivo garantindo, assim, em primeira instância, a representação dos movimentos e entidades da região Altamira/Xingu. O fundo é mantido pelo aporte inicial resultante da doação do IBAMA, pela contribuição da Fundação Ford em 2005 de R\$ 2.227.000,00 e pelas receitas financeiras decorrentes da aplicação das disponibilidades em fundos de investimentos geridos pelo Banco da Amazônia S/A.

DEMONSTRATIVO DO SALDO DO FUNDO DEMA	2019	2018
Saldo inicial	16.555.271,12	16.284.027,47
Receitas Financeiras	940.321,63	978.358,37
(-) Despesas de atividades e administrativas do Fundo	(414.959,84)	(707.114,72)
Saldo em 31 de dezembro	17.080.632,91	16.555.271,12

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Patrimônio Social

Registra os valores dos superávits e déficits apurados em cada exercício e aprovados pela Assembleia Geral da FASE, dos ajustes decorrentes de retificação de valores do ativo imobilizado e de erro contábil imputável a determinado exercício anterior, dos bens recebidos por doação e da devolução de recursos de projetos encerrados em exercícios anteriores.

12.2. Superávit (déficit) acumulado

Registra o valor do superávit (déficit) do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral.

12.3. Ajustes de exercícios anteriores

	2019	2018
Ajuste saldo Imobilizado	-	(1.068,00)
Devolução saldo CESE	-	(255,54)
Devolução glosas proj 0346530-29/2010 Min Economia	(49.143,39)	-
Totais	(49.143,39)	(1.323,54)

Em função da imaterialidade dos ajustes as Demonstrações Contábeis de 2018 não foram reapresentadas.

13. RECEITAS OPERACIONAIS
13.1 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ATIVIDADES

Registra os recursos provenientes de contratos de prestação de serviços sociais, cujo resultado financeiro é integralmente destinado ao desenvolvimento das finalidades institucionais da entidade.

Com restrição

	2019	2018
Secretaria Estadual Especial da Mulher (Recife/PE): Contrato 042/2019	99.967,85	-
Secretaria Estadual Especial da Mulher (Recife/PE): Contrato 045/2019	203.360,28	-
Secretaria Estadual Especial da Mulher (Recife/PE): Contrato 09/2018	-	87.104,50
Secretaria Estadual Especial da Mulher (Recife/PE): Contrato 033/2018	-	175.818,50
Fundação Roberto Marinho	39.637,30	79.274,60
MDA (MT): Contrato 102-14	394.747,16	325.216,80
CAR (BA): Contrato 020/2017	318.779,46	268.070,62
Totais	1.056.492,05	935.485,02

13.2. RECURSOS PÚBLICOS

Registra os recursos públicos para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos convênios/contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Recursos de projetos em execução (ver nota 10).

Com restrição

	2019	2018
Convênios com órgãos públicos federais	2.470.433,45	1.759.520,84
Convênios com órgãos públicos municipais	11.151,37	38.672,94
Totais	2.481.584,82	1.798.193,78

13.3. RECURSOS DE AGÊNCIAS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Registra os recursos recebidos de agências da cooperação internacional para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Recursos de projetos em execução (ver nota 10).

Com restrição

	2019	2018
Ação Quaresmal Suíça	36.570,63	151.849,56
Actionaid	-	145.211,48
Brot Fuer Die Welt	2.340.715,00	2.686.350,00
CCFD	217.445,63	233.883,00
Development & Paix	888.000,00	-
Fundação Ford	1.026.286,22	1.965.519,26
Fundação OAK	237.151,38	360.793,33
Fundação Rosa Luxemburgo	134.927,88	157.500,00
Heinrich Boll Stiftung	262.130,12	252.028,33
KZE/Misereor	908.369,76	347.008,79
Oxfam	236.572,74	248.782,65
União Europeia	273.691,40	1.124.814,81
Outras doações internacionais	1.109.406,86	1.263.674,47
Totais	7.671.267,62	8.937.415,68

13.4. RECEITAS FINANCEIRAS

Com restrição

	2019	2018
Descontos obtidos	20.835,45	15.615,35
Renda de alugueis e arrendamentos	9.970,57	9.711,85
Rendimentos de aplicações financeiras	655.614,92	910.210,61
Imposto de renda retido na fonte	(653,54)	(707,33)
Imposto sobre operações financeiras	(360,05)	(161,46)
Variação cambial ativa	69,79	-
Totais	685.477,14	934.669,02

Sem restrição

	2019	2018
Rendimentos de aplicações financeiras	293.094,82	306.617,11
Totais	293.094,82	306.617,11

13.5. OUTRAS DESPESAS (RECEITAS)

	2019	2018
Recuperação de despesas	2.632,06	106,58
Ganhos na alienação/baixa do imobilizado	7.500,00	4.236,84
Totais	10.132,06	4.343,42

14. CUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ATIVIDADES

Registra os gastos diretos com projetos sociais voltados para a defesa e garantia de direitos, de desenvolvimento urbano, de agroecologia e segurança alimentar e de meio ambiente (atividades fim).

	2019	2018
Custos de pessoal com vínculo empregatício	5.289.476,79	4.760.114,98
Custos de pessoal sem vínculo empregatício	221.436,02	235.323,30
Outros custos de serviços sociais prestados (i)	4.843.808,19	6.040.975,97
Totais	10.354.721,00	11.036.414,25

(i) Comunicação, diárias e outras despesas de viagem, doações e contribuições a projetos comunitários, material de consumo, passagens aéreas, rodoviárias e fluviais, publicações técnicas e outros serviços de terceiros.

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Registra as despesas com administração e infraestrutura da entidade (atividades meio).

	2019	2018
Despesas de pessoal com vínculo empregatício	2.363.924,34	2.031.585,97
Despesas de pessoal sem vínculo empregatício	92.364,82	37.267,40
Outras despesas administrativas (i)	1.211.989,11	1.101.949,55
Totais	3.668.278,27	3.170.802,92

(i) Aluguel e condomínio, comunicação, contribuições a entidades de classe, informática, despesas legais e judiciais, condução local, energia elétrica, gás, água e esgoto, manutenção e reparos de bens móveis e imóveis, material de expediente, prêmios de seguros contratados, auditoria e outras despesas.

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2019	2018
Tributos/taxas/contribuições federais	30,90	37,72
Tributos/taxas/contribuições estaduais	9.636,74	10.866,86
Tributos/taxas/contribuições municipais	8.411,56	8.322,44
Totais	18.079,20	19.227,02

17. OUTRAS DESPESAS

	2019	2018
Outras Perdas	322,31	-
Totais	322,31	-

18. ISENÇÕES USUFRUÍDAS (CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS)

A renúncia fiscal relacionada ao não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está assim demonstrada:

	2019	2018
Contribuição previdenciária, SAT e terceiros (25,4%) - CLT	1.481.606,71	1.118.152,07
Contribuição previdenciária (20%) - Autônomos	54.352,76	283.294,38
Total	1.535.959,47	1.401.446,45

19. SEGUROS

A entidade possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, considerados pelos seus gestores, em montante suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos

processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2019, com base na opinião de seus assessores legais e por contar com recursos próprios disponíveis em seu caixa em montante suficiente para honrar os valores envolvidos, a Administração julgou não haver necessidade de constituição de provisão para o processo abaixo relacionado de natureza cível:

✓ **Processo com estimativa de perda possível:**

1027-53.2010.8.11.0041 2ª. Vara Especial da Fazenda Pública Cuiabá/MT R\$ 100.000,00.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – GERENCIAMENTO DE RISCOS

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2019 e 2018, a entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. A entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito** - é o risco de déficit financeiro da entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com os seus financiadores. **Risco de liquidez** - é o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. **Risco de mercado** - é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio para os recursos recebidos do exterior e taxas de juros das aplicações financeiras, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Com relação às taxas de juros, a entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha. **Estrutura do gerenciamento de risco** - A entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

22. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os estatutos sociais da Entidade possuem previsão de não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Assim sendo, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram após 31/12/2019 até 04/03/2020, data de autorização de sua emissão, eventos que pudessem alterar de forma significativa estas Demonstrações Contábeis e as operações da Entidade.

FATO RELEVANTE

Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19)

No final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou informações sobre alguns casos de uma doença infecciosa na China, oficialmente conhecida como COVID-19, provocada por um novo vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave de grande poder de contágio e que rapidamente se alastrou por outros países, o que levou a OMS a declarar, em 11 de março de 2020, estado de pandemia. Os efeitos econômicos sobre a economia global são inevitáveis, devendo provocar uma desaceleração econômica. O Brasil já sofre com os impactos dessa crise com uma alta volatilidade nos preços dos ativos e no câmbio. A FASE tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 no campo em que atua e seus Diretores têm mantido diálogo com seus financiadores e parceiros no enfrentamento dos riscos e incertezas no planejamento operacional dos

programas e projetos em execução. A Administração entende que eventos econômicos consequentes da pandemia de COVID-19 possam gerar impactos relativos às estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos, no entanto, neste momento, dada a incerteza do cenário, não é possível mensurar quais seriam esses impactos para estas demonstrações contábeis e a continuidade de suas atividades.

Funcionamento institucional

De modo geral, as unidades da FASE estão seguindo a orientação de isolamento social determinada pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios. O trabalho presencial foi suspenso e adotado o regime de trabalho remoto (home office). Ações emergenciais solidárias estão sendo desenvolvidas junto às parcelas mais vulneráveis da sociedade.

24. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Apresentamos abaixo informações não auditadas relativas ao perfil funcional, encargos sociais recolhidos e benefícios concedidos aos colaboradores da entidade.

Indicadores do corpo funcional	2019	2018
N.º de colaboradores ao final do período	82	75
N.º de colaboradores admitidos	12	5
N.º de colaboradores demitidos	5	10
N.º de colaboradores com idade acima de 45 anos	40	38
N.º de colaboradores com formação superior	61	59
N.º de mulheres que trabalham na entidade	51	51
N.º de cargos de chefia ocupados por mulheres	11	10
N.º de negros que trabalham na entidade	25	19
N.º de dependentes (plano de saúde em grupo)	23	25
Indicadores sociais internos	R\$	R\$
Encargos sociais (FGTS e PIS/PASEP)	612.328,47	486.565,22
Assistência médica (plano de saúde em grupo)	626.148,85	528.728,54
Programa de saúde ocupacional	4.561,62	4.063,19
Auxílio educação/creche	16.339,36	4.528,32
Seguro de vida em grupo	30.353,76	29.081,76
Treinamento/aperfeiçoamento profissional	3.312,18	0,00
Condução urbana (excedente vale transporte)	34.529,75	28.645,00



Tatiana Dahmer Pereira

Presidente
CPF/MF 024.951.757-40



Valéria Pires Falcão

Contadora CRC/RJ 097792/O-7
CPF/MF 916.338.427-20

Associados Efetivos

Ana Toni
Benedito Roberto Barbosa
Braulio Rodrigues da Silva
Breno Bringel
Cândido Grzybowski
Fatima Mello
Isabel Cristina da Costa Cardoso
Yves Lesbaupin
Liszt Benjamin Vieira
Lúcia Maria Xavier de Castro
Paulo Pena Schütz
Sérgio Góes de Paula
Silvio Caccia Bava
Vanessa Schottz Rodrigues

•

Conselho Deliberativo

Presidente

Tatiana Dahmer Pereira

Vice-Presidente

Leilah Landim Assumpção

1ª Secretário

André Pacheco Teixeira Mendes

2ª Secretário

Décio Lima de Castro

3ª Secretário

Leila de Andrade Linhares Barsted

Suplentes

Adhemar dos Santos Mineiro
José Sérgio Leite Lopes
Márcia da Silva Pereira Leite
Neide Esterci
Renato Sérgio Maluf

•

Conselho Fiscal

Carlos Bernardo Vainer
Jorge Vicente Muñhoz
Paulo Frederico Petersen
Ricardo Gouveia Corrêa

•

Diretoria Executiva

Diretor Executivo Nacional

Letícia Rangel Tura

Diretor Executivo Adjunto

Evanildo Barbosa da Silva